



Universidade Federal
de São João del-Rei

CONCURSO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ

AUDITOR

Código:

402

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

Leia com atenção as seguintes instruções:

- Este caderno contém as **40 questões** da Prova Objetiva, composta por: 10 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Legislação e 20 questões de Conhecimentos Específicos.
Caso haja algum problema em seu Caderno de Prova, informe ao aplicador.
- As informações / instruções dadas no dia da prova complementam o edital.
- Durante as provas, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo e celulares, assim como relógios e materiais de consulta.
- Use a Folha de Respostas (versão do candidato) reproduzida no final do Caderno de Provas apenas para marcar seu Gabarito. Esse rascunho somente poderá ser destacado pelo aplicador.
- Na Folha de Respostas:**
 - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
 - Assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.
 - Transcreva a seguinte frase, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria:
- Sua prova e Folha de Respostas poderão ser entregues somente após o término do período de sigilo: 2 horas.
- Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuradas.
- Não é permitido levar o Caderno de Prova. Ao entregar sua prova, recolha seus objetos, deixe a sala de provas e, em seguida, o prédio. Até deixar as dependências do local de prova, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.
- Ao término do prazo estabelecido para a Prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua Prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez.
- O Caderno de Questões e o gabarito da Prova Objetiva serão divulgados no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, no dia 04 de novembro de 2025.

“No amor alternam a alegria e a dor.”

Lord Byron

- A Folha de Respostas deve ser assinada e não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.
- Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:
 - Use somente caneta AZUL ou PRETA, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão, conforme o modelo:

01 A B C D

- Assinale somente uma alternativa em cada questão e não deixe nenhuma questão sem resposta.

**DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS,
INCLUINDO TRANSCRIÇÃO DA
FOLHA DE RESPOSTAS:**

QUATRO HORAS

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

INSTRUÇÃO: Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

A IA como curadora do saber acadêmico e o risco da superficialidade

Desde o conto *A Biblioteca de Babel*, escrito em 1941 por Jorge Luis Borges — escritor argentino que transformou labirintos, espelhos e bibliotecas em metáforas do infinito —, a ideia de uma biblioteca interminável vive como um fantasma luminoso na imaginação: corredores sem fim, estantes que se multiplicam até o horizonte, o murmúrio incessante de páginas que se respondem através dos séculos. Agora, esse sonho parece ter encontrado corpo — não em pedra, papel ou poeira, mas em linhas de código. A inteligência artificial generativa, com sua prensa eletrônica, atravessa em segundos o que equivaleria a anos de leitura. Não se limita a encontrar: seleciona, resume, organiza e até reescreve. O pesquisador, que antes percorria pacientemente rios de referências, tem diante de si um oceano que se deixa atravessar num sopro. Há algo de embriagante nessa promessa: conceitos densos surgem destilados, revisões bibliográficas se resolvem num clique e o labirinto do conhecimento se apresenta com um mapa pronto.

Mas mapas mentem. A bússola que a IA oferece aponta para direções já traçadas, não para territórios por descobrir. É um saber filtrado por modelos treinados em bases enviesadas, guiados por critérios invisíveis e pela lógica da predição — que não é a da compreensão. Ao assumir o papel de “curadora”, a IA decide o que merece ser visto. A seleção, antes fruto do olhar crítico do pesquisador, é terceirizada a um mecanismo que opera segundo estatísticas de co-ocorrência, padrões de popularidade e frequência de citações. O que não aparece nessa paisagem algorítmica evapora como se nunca tivesse existido. É um “epistemicídio” silencioso: não se queima o livro, apenas se apaga sua presença.

O perigo maior talvez seja a ilusão de completude. As respostas da IA, coesas e repletas de referências plausíveis, transmitem a sensação de que tudo foi coberto, que não resta brecha no campo investigado. Mas o que elas contêm não é o universo do saber, e sim o recorte que o capital digital lhes permitiu ver. Essa completude falsa é terreno fértil para uma ciência rasa, que replica consensos e esquece o que não cabe na moldura. A “biblioteca infinita” pode degenerar numa prateleira giratória de lugares-comuns.

[...]

A biblioteca infinita é sedutora, mas não inocente. Pode ser portal ou jaula, abertura ou repetição. A pesquisa como prática emancipadora exige desconfiar das respostas fáceis, recusar o conforto da completude e reivindicar o direito de errar de corredor, tropeçar em prateleiras invisíveis, surpreender-se pelo que não se procurava. Porque, no fim, o valor de uma biblioteca não está em caber inteira na palma da mão, mas em continuar sendo um território onde a busca transforma quem busca.

TELES, Gabriel. A IA como curadora do saber acadêmico e o risco da superficialidade. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=931123>. Acesso em: 9 set. 2025.

• QUESTÃO 1 •

No último parágrafo do texto, o autor conclui que

- A) a inteligência artificial elimina a necessidade de práticas tradicionais de pesquisa acadêmica.
- B) o uso de IA garante a completude ao trabalho científico, desde que aplicada de forma sistemática.
- C) a experiência do pesquisador pode tanto ser ampliada quanto restringida pelo uso da inteligência artificial.
- D) os efeitos da inteligência artificial na pesquisa são unívocos, pois limitam o acesso ao conhecimento.

• QUESTÃO 2 •

A construção argumentativa do texto caracteriza-se, principalmente, por

- A) apresentar dados estatísticos sobre os impactos da inteligência artificial na pesquisa acadêmica.
- B) evidenciar opinião crítica sustentada por metáforas, analogias e reflexões mais interpretativas.
- C) expor experiências pessoais do autor com o uso de ferramentas de IA na prática acadêmica.
- D) sobrepor os malefícios da IA aos benefícios que podem ser colhidos de seu uso regular.

• QUESTÃO 3 •

No trecho “Mas mapas mentem. A bússola que a IA oferece aponta para direções já traçadas, não para territórios por descobrir.”, a manutenção da coerência textual garante-se, principalmente, pelo uso de

- A) metáforas sucessivas, que estabelecem relação semântica de continuidade na crítica apresentada.
- B) anáforas referenciais, que substituem termos de sentido equivalente para evitar repetições no discurso.
- C) marcadores temporais, que organizam os acontecimentos em uma sequência cronológica de passado e futuro.
- D) repetições vocabulares, que reforçam a objetividade do argumento apresentado sobre o funcionamento da IA.

• QUESTÃO 4 •

No trecho “A inteligência artificial generativa, com sua prensa eletrônica, atravessa em segundos o que equivaleria a anos de leitura.”, o uso do pronome em destaque contribui para o sentido do texto ao

- A) indeterminar a prensa para lhe atribuir um significado de abrangência.
- B) reforçar o ritmo acelerado como sendo próprio da prática acadêmica.
- C) personificar a inteligência artificial ao lhe atribuir uma ideia de posse.
- D) neutralizar o traço subjetivo na descrição da inteligência artificial.

• QUESTÃO 5 •

Releia o trecho a seguir.

“É um **‘epistemicídio’** silencioso: não se queima o livro, apenas se apaga sua presença.”

A palavra em destaque assume, no trecho, um sentido conotativo, porque

- A) restringe seu entendimento ao campo da epistemologia acadêmica.
- B) descreve o armazenamento digital de obras em bases de dados.
- C) critica a prática de censura por meio da queima literal de livros.
- D) indica o apagamento de saberes, e não sua destruição física.

• QUESTÃO 6 •

Releia o trecho a seguir.

“[...] a ideia de uma biblioteca interminável vive como um fantasma luminoso na imaginação: corredores sem fim, estantes que se multiplicam até o horizonte, o murmúrio incessante de páginas que se respondem através dos séculos.”

O autor emprega diferentes figuras de linguagem nesse trecho para

- A) reforçar a dimensão infinita e grandiosa do saber.
- B) caracterizar a organização material dessa biblioteca.
- C) estabelecer uma crítica à fragmentação do conhecimento.
- D) destacar o aspecto arquitetônico e estrutural da biblioteca.

• QUESTÃO 7 •

No período “Porque, no fim, o valor de uma biblioteca não está em caber inteira na palma da mão, mas em continuar sendo um território **onde** a busca transforma quem busca.”, a oração iniciada na palavra em destaque é fundamental para

- A) retomar o termo “completude”, esclarecendo-o em forma de aposto.
- B) introduzir ideia de condição necessária para que a pesquisa seja emancipadora.
- C) apresentar uma explicação acessória, sem alterar o núcleo argumentativo do período.
- D) restringir o sentido de “território”, reforçando a ideia de lugar simbólico de transformação.

• QUESTÃO 8 •

A variação linguística empregada na composição do texto reforça sua função argumentativa ao

- A) combinar recursos formais e expressivos, aproximando o discurso acadêmico do leitor não especializado.
- B) performar o registro científico, assegurando a confiança das informações apresentadas na exposição do tema.
- C) alternar registros coloquiais e científicos, criando efeito de proximidade sem abandonar o caráter técnico predominante.
- D) utilizar formas arcaicas de linguagem, valorizando recursos expressivos em detrimento da atualidade discursiva.

• QUESTÃO 9 •

No trecho “As respostas da IA, coesas e repletas de referências plausíveis, transmitem a sensação de que tudo foi coberto [...]”, as vírgulas cumprem a função de

- A) destacar expressões que funcionam como núcleo do enunciado, ao determinarem a centralidade das IAs.
- B) indicar a presença de um aposto explicativo que substitui o termo “IA” por uma informação equivalente.
- C) acrescentar uma caracterização explicativa que reforça a crítica à aparência de completude das respostas.
- D) separar orações coordenadas que detalham o funcionamento da IA e sua função na pesquisa acadêmica.

• QUESTÃO 10 •

Releia o trecho a seguir.

“A pesquisa como prática emancipadora exige desconfiar das respostas fáceis, recusar o conforto da completude e reivindicar o direito de errar de corredor.”

Para defender sua tese, o autor emprega no trecho uma estratégia argumentativa pautada pela

- A) enumeração de atitudes que reforçam a necessidade de postura crítica diante da prática científica.
- B) comparação entre a pesquisa emancipadora e a pesquisa dependente da inteligência artificial.
- C) generalização de um princípio regulador único para as práticas de investigação científica.
- D) utilização de metáforas que limitam a prática da pesquisa à construção de um percurso.

LEGISLAÇÃO

• QUESTÃO 11 •

Analise as afirmativas a seguir sobre as regras deontológicas previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () O servidor público deve pautar sua conduta pela dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, tanto no exercício do cargo quanto fora dele.
- () A moralidade administrativa exige que o servidor público busque o bem comum, equilibrando legalidade e finalidade em seus atos.
- () Deixar alguém à espera, causando longas filas ou atrasos no serviço público, é aceitável se houver outras prioridades, não configurando dano moral aos usuários.
- () A cortesia e a boa vontade no atendimento ao público são dispensáveis, desde que o servidor público cumpra estritamente as normas legais e administrativas.

Assinale a sequência correta.

- A) V F V F
- B) F V F V
- C) V V F F
- D) F F V V

• QUESTÃO 12 •

Considere que, na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), o Conselho Universitário foi convocado para uma reunião ordinária às 14h para discutir um novo curso de pós-graduação. Após 30 minutos, apenas 40% dos conselheiros estavam presentes. Um conselheiro, que já faltou a duas reuniões ordinárias com justificativas aceitas, faltou novamente, mas agora sem justificativa. Um processo de interesse pessoal de um dos conselheiros entrou na pauta, e o conselheiro interessado sugeriu a votação secreta.

Com base nesse procedimento, e de acordo com as normas do Regimento Geral da UFSJ, assinale a alternativa correta.

- A) A reunião será instalada, apesar da falta de quórum, e o conselheiro que faltou sem justificativa perderá o mandato.
- B) A reunião não será instalada por falta de quórum, e o conselheiro que faltou sem justificativa perderá o mandato.
- C) A reunião não será instalada, mas o conselheiro que faltou sem justificativa não perderá o mandato, pois as faltas anteriores foram justificadas.
- D) A reunião será instalada, mas a votação secreta não é permitida em matéria de interesse pessoal.

• QUESTÃO 13 •

Considere que uma servidora pública de uma instituição de ensino federal atua no setor de registro acadêmico. Um estudante oferece à servidora uma quantia em dinheiro para que ela agilize a emissão de seu diploma, ignorando pendências administrativas. A servidora, usando sua influência no setor, aceita a oferta e acessa informações internas da instituição para priorizar o pedido do estudante, atrasando outros processos. Além disso, ela altera um registro acadêmico para ocultar as pendências do estudante, justificando a colegas que a ação foi motivada por solidariedade e pela promessa de favores futuros do estudante.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa que descreve corretamente a conduta da servidora nessa situação.

- A) A servidora violou o Código de Ética ao aceitar vantagem pecuniária indevida, desrespeitar o princípio da impessoalidade e da moralidade para obter benefício pessoal e de terceiros, manipular registros públicos e usar informações internas para fins particulares.
- B) A servidora agiu eticamente, pois a aceitação de dinheiro e a manipulação de registros, justificadas por solidariedade, são condutas permitidas quando alinhadas ao interesse acadêmico do estudante, desde que não haja prejuízo financeiro direto à instituição.
- C) A servidora apenas infringiu o Código de Ética ao acessar informações sigilosas, pois a aceitação de dinheiro, a manipulação de registros e o atraso de processos não configuram infrações éticas, se motivados por solidariedade e se a instituição não sofrer danos materiais comprovados.
- D) A servidora cometeu infração ética apenas ao atrasar outros processos, enquanto a aceitação de vantagem pecuniária e a manipulação de registros são condutas éticas quando realizadas com intenção de mitigar pendências administrativas do estudante.

• QUESTÃO 14 •

Analise a afirmativa a seguir.

De acordo com o que estabelece a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, em seu artigo 15, “no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de _____ dias a contar da sua ciência.”.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna da afirmativa anterior.

- A) cinco
- B) dez
- C) quinze
- D) trinta

• QUESTÃO 15 •

Em relação às normas do Estatuto dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- II. As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos da referida lei.
- III. Antes da nomeação, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

• QUESTÃO 16 •

Considere que um servidor público federal seja acusado de irregularidade em um processo disciplinar. A comissão ouve testemunhas separadamente, realiza acareação devido a contradições e indefere um pedido de perícia desse servidor, por não exigir conhecimento técnico. O servidor, em local desconhecido, é citado por edital e não apresenta defesa, sendo declarado revel. Um defensor dativo de mesmo nível é nomeado. A comissão elabora um relatório indicando a responsabilidade do servidor acusado e o envia para julgamento.

Com base no procedimento realizado, e de acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta.

- A) O procedimento foi correto, uma vez que realizou acareação, indeferiu perícia desnecessária, citou por edital o servidor acusado e declarou a revelia.
- B) O procedimento foi incorreto, pois acareação não é permitida no processo disciplinar, devendo a comissão basear-se em depoimentos separados.
- C) O procedimento foi correto; porém, a perícia não poderia ter sido indeferida, pois o servidor acusado tem direito a todas as provas que solicitar para a sua defesa.
- D) O procedimento foi incorreto, pois o defensor dativo deveria ser de cargo inferior ao do servidor acusado, para evitar conflito de interesses.

• QUESTÃO 17 •

Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional, exceto:

- A) Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.
- B) Publicização da infração, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.
- C) Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- D) Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

• QUESTÃO 18 •

Analise as afirmativas a seguir sobre as normas relativas à organização acadêmica, previstas no Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () A UFSJ é constituída de cursos de graduação, pós-graduação e Unidades Acadêmicas, responsáveis diretos pelo ensino, pesquisa e extensão.
- () A Unidade Acadêmica é Centro ou Departamento, órgão de lotação dos professores, para objetivos de ensino, pesquisa e extensão.
- () A Comunidade Universitária é formada pelo corpo docente, corpo técnico-administrativo e corpo discente.
- () A pesquisa tem como objetivo criar e intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade, por meio de um processo educativo, cultural, científico e tecnológico.

Assinale a sequência correta.

- A) F F F V
- B) V V V F
- C) V V F F
- D) F F V V

• QUESTÃO 19 •

Em relação às disposições gerais e transitórias constantes no Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), assinale a alternativa incorreta.

- A) Todo servidor da Universidade tem acesso aos seus assentamentos, assim como direito a recurso ao órgão competente.
- B) As Resoluções dos Conselhos Superiores são assinadas pelo Presidente do Conselho.
- C) É vedado o exercício cumulativo de mandato em mais de um Conselho Superior, ressalvado o caso de membro nato.
- D) Ao professor visitante e substituto é facultado ser membro dos Conselhos Superiores.

• QUESTÃO 20 •

Não se trata de uma competência do Chefe de Departamento, de acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei:

- A) Viabilizar as decisões da Congregação quanto às atividades de ensino de graduação.
- B) Encaminhar, para aprovação na assembleia departamental, propostas de convênios.
- C) Orientar e acompanhar o docente ou servidor técnico administrativo em estágio probatório.
- D) Administrar os recursos orçamentários alocados no Departamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITOR

• QUESTÃO 21 •

Baseando-se na NBC TSP Estrutura Conceitual, que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, analise as afirmativas a seguir e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) destinam-se a apoiar prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, tendo como usuários primários os usuários de serviços e provedores de recursos (e seus representantes). Não são relatórios feitos sob medida para demandas específicas de grupos particulares, ainda que possam ser úteis a eles.
- () As características qualitativas exigem uniformidade absoluta, e a materialidade é um limite numérico fixo, exclusivamente quantitativo. Informações complexas devem ser evitadas, mesmo que relevantes, pois a compreensibilidade prevalece sobre a relevância e a representação fidedigna, evitando julgamentos e compensações entre características.
- () Ativo é recurso com potencial de serviços ou benefícios econômicos, controlado pela entidade em decorrência de evento passado, e não requer propriedade legal. Passivo é obrigação presente, legal ou não legalmente vinculada, que exigirá saída de recursos. Essas definições reconhecem particularidades do setor público e transações sem contraprestação.
- () O reconhecimento requer que o item satisfaça à definição de elemento e possa ser mensurado de modo a observar as características qualitativas. Evidenciação não substitui reconhecimento: itens que não atendem integralmente aos critérios podem (e devem) ser divulgados quando relevantes, mas não suprir a falta de reconhecimento devido.

Assinale a sequência correta.

- A) V F V V
- B) F V F F
- C) V V F F
- D) F F V V

• QUESTÃO 22 •

No contexto da governança das contratações públicas e da gestão de riscos nas licitações e contratos, tomando como base os preceitos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Licitação e Contratos: Orientações e Jurisprudência (MLC) do TCU, é correto afirmar:

- A) A governança das contratações é atribuição do controle interno; além disso, a matriz de riscos é facultativa, independentemente do regime de execução ou do porte da contratação, sendo sua inclusão no edital uma escolha discricionária do gestor responsável competente.
- B) A governança das contratações cabe à alta administração, que deve instituir processos e estruturas para avaliar, direcionar e monitorar licitações e contratos, com gestão de riscos e controles internos; nas contratações integrada, semi-integrada e de grande vulto, a matriz é obrigatória no edital.
- C) A matriz de riscos, quando prevista, deve transferir ao contratado todos os riscos supervenientes e imprevisíveis, vedando qualquer recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e afastando, em quaisquer casos, revisão contratual por eventos alheios à sua esfera de atuação pela administração pública concedente.
- D) Segundo o MCASP, a contabilização das concessões comuns já se encontra disciplinada no capítulo específico sobre concessões de serviços públicos, que não distingue PPP de concessão comum e trata ambos os arranjos de forma unificada, inexistindo previsão de tratamento detalhado em edições futuras do manual.

• QUESTÃO 23 •

No âmbito do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), qual alternativa é correta em relação à materialidade e sua relação com a responsabilização (*accountability*) nas demonstrações contábeis do setor público?

- A) Materialidade é somente um limite numérico fixo, descolado do contexto; omissões e distorções nunca afetam a responsabilização, apenas decisões de investimento de credores privados.
- B) Materialidade depende da dimensão e da natureza da informação, podendo omissões ou distorções influenciar decisões e o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização.
- C) Materialidade é irrelevante em entidades públicas, pois a legislação já assegura que omissões não impactam a avaliação dos usuários; logo, não afeta a responsabilização (*accountability*).
- D) Materialidade considera apenas valores absolutos das distorções; aspectos qualitativos e o perfil dos usuários não interferem na responsabilização, que independe das demonstrações publicadas.

• QUESTÃO 24 •

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Licitação e Contratos: Orientações e Jurisprudência (MLC) do TCU, no que diz respeito à transparência fiscal e aos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no planejamento, na execução e no controle orçamentário, é correto afirmar:

- A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são instrumentos centrais de transparência da LRF, articulando-se às demonstrações contábeis para apoiar planejamento, execução e controle, viabilizando análise, comparação e responsabilização pelos resultados fiscais.
- B) A transparência fiscal decorre das demonstrações padronizadas; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são acessórios, sem função relevante para o acompanhamento da execução e do controle realizados pelos órgãos de governança e pela sociedade.
- C) Boas práticas de governança recomendam sigilo para relatórios fiscais estratégicos; logo, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) devem ter circulação interna, pois a divulgação ampla pode comprometer a eficiência da gestão orçamentária.
- D) Os efeitos da LRF incidem somente no planejamento; nas fases de execução e controle, os relatórios fiscais não precisam integrar-se às demonstrações contábeis nem servir de base para *accountability* e comparabilidade de resultados.

• QUESTÃO 25 •

Com base na NBC TA 500, que trata de evidências de auditoria, analise as afirmativas a seguir e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () A suficiência está ligada à quantidade da evidência, influenciada pelos riscos e pela qualidade; mais quantidade não compensa baixa qualidade.
- () A observação da contagem de estoques fornece evidência não limitada no tempo e não sofre influência por estar sendo observada.
- () A indagação, isoladamente, geralmente não é suficiente para evidenciar ausência de distorção relevante nem eficácia operacional de controles.
- () Se evidências de fontes distintas forem inconsistentes, o auditor pode manter o plano original, sem modificar ou acrescentar procedimentos.

Assinale a sequência correta.

- A) F V V F
- B) F V F V
- C) V F F V
- D) V F V F

• QUESTÃO 26 •

Na concessão de suprimento de fundos, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quando ocorre o efetivo reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) associada ao gasto?

- A) No momento do empenho do crédito e registro da Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) comprometida por empenho, pois evidencia simultaneamente a saída patrimonial e a prestação de contas do suprido.
- B) Na liquidação da despesa orçamentária e no pagamento ao suprido, uma vez que a execução financeira representa automaticamente a ocorrência do fato gerador patrimonial.
- C) Quando da prestação de contas do suprido, não no pagamento inicial, pois a VPD é reconhecida com a comprovação do uso dos recursos do adiantamento.
- D) No ato da saída do numerário em caixa, independentemente de liquidação ou comprovação, porque a natureza financeira determina o reconhecimento patrimonial imediato.

• QUESTÃO 27 •

Tomando por base a Instrução Normativa CGU nº 3/2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A auditoria operacional avalia economicidade, eficiência e eficácia da gestão, e a auditoria de conformidade examina a regularidade (legalidade / aderência a normas); ambas integram os serviços de avaliação previstos no referencial técnico e devem manter autonomia técnica e objetividade.
- II. A unidade de auditoria deve comunicar de forma clara e tempestiva às instâncias apropriadas os resultados e as informações sobre riscos e controles, inclusive deficiências relevantes de controle interno, encaminhando recomendações e reportes à alta administração.
- III. Não compete à auditoria interna comunicar deficiências de controle interno identificadas em trabalhos operacionais ou de conformidade; tal atribuição é exclusiva da segunda linha de defesa, razão pela qual a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) não deve reportar tais achados.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

• QUESTÃO 28 •

Tomando por referência o Manual de Licitação e Contratos: Orientações e Jurisprudência (MLC) do TCU, acerca da relação entre controle interno e controle externo nas contratações públicas, é correto afirmar:

- A) O controle interno é função das unidades de auditoria interna e não envolve a alta administração; o TCU, por sua vez, atua como controle interno da União, podendo substituir controles administrativos no ciclo das contratações.
- B) O controle interno é responsabilidade da alta administração e integra a governança das contratações, articulando gestão de riscos e controles; o controle externo, exercido pelo TCU, atua de forma independente e complementar, sem substituir o controle interno.
- C) O controle interno, para resguardar a eficiência, recomenda sigilo da documentação de contratações até o julgamento final; dessa forma, a transparência ativa e o acesso público aos autos não constituem práticas exigidas no controle externo pelo Tribunal de Contas.
- D) Os controles internos limitam-se às fases de seleção e contratação e não abrangem o planejamento ou a gestão contratual; o controle externo só incide após a execução integral, não cabendo atuações preventivas ou recomendações durante o processo.

• QUESTÃO 29 •

Com base nos ditames da NBC TSP 03, no que se refere a provisões em contratos onerosos, é correto afirmar:

- A) Em contrato oneroso, reconhece-se provisão pela obrigação presente líquida de recuperações, mensurada pelo menor valor entre o custo de cumprir o contrato e o custo de rescisão / penalidades; antes, testa-se redução ao valor recuperável dos ativos vinculados.
- B) Em contrato oneroso, não se reconhece provisão; a entidade deve apenas divulgar passivo contingente até a conclusão do ajuste, entendendo que os custos permanecem futuros e plenamente evitáveis por decisão gerencial unilateral e, portanto, não obrigatórios.
- C) Em contrato oneroso, a provisão deve incluir ganhos esperados com a alienação de ativos relacionados, para refletir o menor custo líquido de encerramento, considerando-se que tais ganhos são diretamente vinculados ao evento que gerou a obrigação.
- D) Em contrato oneroso, a mensuração deve considerar valor presente com taxa pós-impostos e incluir, na provisão, custos de treinamento e marketing ligados à reestruturação operacional, porque tais gastos acompanham a própria execução do contrato.

• QUESTÃO 30 •

A NBC TA 510 disciplina a responsabilidade do auditor, em trabalhos iniciais, quanto à obtenção de evidência apropriada e suficiente sobre saldos iniciais e seus efeitos nas demonstrações do período corrente.

Baseando-se nessa norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve ler as demonstrações contábeis mais recentes e, quando existir, o relatório do auditor antecessor, e obter evidência apropriada e suficiente sobre os saldos iniciais, incluindo a correta transferência dos saldos, a aplicação das políticas contábeis e a execução de procedimentos específicos quando necessário.
- II. Para formar evidência sobre saldos iniciais, o auditor pode, entre outros, revisar papéis de trabalho do antecessor, avaliar se testes do período corrente fornecem evidência relevante e executar procedimentos direcionados, considerando a natureza, a significância e os riscos ligados às classes de saldos e divulgações.
- III. Identificada possível distorção em saldos iniciais, o auditor pode concluir o trabalho sem realizar procedimentos adicionais nem comunicar as distorções aos responsáveis apropriados, desde que o saldo final do período corrente não esteja afetado de forma relevante, ou seja, desde que não seja uma distorção material.

Estão corretas as afirmativas

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II e III.

• QUESTÃO 31 •

Conforme o Manual de Licitação e Contratos: Orientações e Jurisprudência (MLC) do TCU, a instrução do processo de contratação direta (dispensa / inexigibilidade) deve conter quais elementos mínimos?

- A) Formalização da demanda, Estudo Técnico Preliminar (ETP) quando cabível, análise de riscos e Termo de Referência (TR) / projeto, além das justificativas específicas do caso.
- B) Justificativa do gestor e três propostas de preços, dispensando Estudo Técnico Preliminar (ETP), riscos, Termo de Referência (TR) e projeto, por serem meros anexos.
- C) Despacho autorizativo e referência a orçamento, vedada a inclusão de Estudo Técnico Preliminar (ETP), análise de riscos e Termo de Referência (TR) no processo.
- D) Termo de Referência (TR) e minuta contratual, sendo a formalização da demanda e o Estudo Técnico Preliminar (ETP) peças facultativas.

• QUESTÃO 32 •

A NBC TSP 05 disciplina o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação, pelo concedente, dos ativos de concessão de serviços públicos e do passivo correspondente, incluindo critérios de controle, formas de contraprestação e divulgações.

Com base nos preceitos dessa norma, no que diz respeito ao tratamento contábil do concedente, é correto afirmar:

- A) O concedente reconhece ativo apenas quando assume risco de demanda; se a contraprestação for o direito de o operador cobrar usuários, não existe passivo no concedente, cabendo apenas divulgar o arranjo contratual em notas explicativas durante a vigência do acordo.
- B) O concedente reconhece ativo de concessão quando controla / regula serviços, destinatários e preços e controla o interesse residual significativo; reconhece passivo financeiro quando houver obrigação incondicional de pagar ao operador, mensurando inicialmente o ativo a valor justo.
- C) O ativo de concessão é reconhecido pelo operador, pois a infraestrutura não integra o patrimônio do concedente durante o prazo; o concedente não reconhece ativo nem passivo, limitando-se à apresentação de divulgações suplementares ao final do contrato.
- D) A mensuração inicial do ativo pelo concedente utiliza, como regra, o valor contábil do operador; o passivo é sempre contingente até a entrada em operação, sendo vedado reconhecer receita associada à obrigação de desempenho durante o prazo da concessão.

• QUESTÃO 33 •

Segundo o Manual de Licitação e Contratos: Orientações e Jurisprudência (MLC) do TCU, acerca do planejamento da contratação sob a Lei nº 14.133/2021, qual alternativa melhor descreve o papel do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR) e do Plano de Contratações Anuais (PCA)?

- A) O TR limita-se a resumo do objeto e não define gestão do contrato; o ETP apenas estima preço, sem analisar alternativas; o PCA escolhe a melhor alternativa.
- B) O ETP é dispensável quando há TR, pois o TR substitui o estudo; o PCA é peça opcional e sem relação com o orçamento.
- C) O ETP comprova a necessidade e avalia soluções; o TR detalha a solução e critérios; o PCA consolida as demandas anuais.
- D) O PCA agrega apenas contratações diretas e não inclui licitações; o TR e o ETP não dialogam com os riscos da contratação.

• QUESTÃO 34 •

Baseando-se nos preceitos da NBC TA 230, que trata da responsabilidade do auditor na elaboração da documentação de auditoria para a auditoria das demonstrações contábeis, analise as afirmativas a seguir.

- I. A documentação deve ser preparada tempestivamente e ser suficiente para permitir que um auditor experiente, sem envolvimento anterior, entenda a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados, os resultados obtidos e os julgamentos profissionais significativos.
- II. Após a montagem do arquivo final, o auditor pode excluir documentos antes do término do período de guarda, desde que registre em memorando a irrelevância desses papéis, não sendo necessário evidenciar quem realizou e revisou a alteração.
- III. Em circunstâncias excepcionais, se o auditor executar procedimentos adicionais após a data do relatório, deve documentar as circunstâncias identificadas, os procedimentos adicionais e novas conclusões, bem como quando e por quem as modificações foram executadas e revisadas.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

• QUESTÃO 35 •

A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10/5/2016, dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Com base nessa norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os controles internos da gestão compõem a primeira linha de defesa das organizações públicas e devem ser implementados com base na identificação, avaliação e gerenciamento de riscos, integrando o processo de gestão.
- II. A auditoria interna integra a segunda linha de defesa e tem função de supervisão dos controles internos da gestão, não devendo prestar serviços de consultoria aos gestores.
- III. Entre os objetivos dos controles internos da gestão está assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis à tomada de decisões, à transparência e à prestação de contas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II, apenas.
- D) II e III, apenas.

• QUESTÃO 36 •

Baseando-se na NBC TSP 04, que estabelece o tratamento contábil para estoques, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido, exceto quando recebidos sem contraprestação, caso em que o custo é o valor justo na data do recebimento, e quando mantidos para distribuição gratuita / irrisória, quando se usa o menor valor entre custo e custo corrente de reposição.
- II. O custo de estoques inclui aquisição, transformação e outros custos necessários para trazê-los à condição e ao local atuais, excluídos desperdícios anormais, armazenamento não necessário ao processo, despesas administrativas não relacionadas e comercialização; para prestadores de serviços, mede-se pelos custos de produção, sem margens de lucro nem gerais não atribuíveis, adotando-se PEPS ou custo médio para itens intercambiáveis.
- III. Reduções para valor realizável líquido são registradas quando houver dano, obsolescência, queda de preço ou aumento de custos de conclusão / venda; aplicam-se item a item (ou por grupos semelhantes) e podem ser revertidas até o limite da redução original; reconhece-se como despesa quando vendidos, distribuídos ou prestados os serviços correspondentes.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

• QUESTÃO 37 •

Tomando como base os preceitos do Manual de Licitação e Contratos: Orientações e Jurisprudência (MLC) do TCU, acerca dos critérios de julgamento previstos na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

- A) Técnica e preço: exige disputa apenas fechada, sem lances, por incompatibilidade com modos de disputa abertos devido a regras legais.
- B) Maior desconto: volta-se a contratar menor preço relativo em catálogo, restrito apenas a serviços comuns de engenharia e obras.
- C) Melhor técnica: é utilizado para obras públicas complexas, vedada a combinação com preço no mesmo certame por regra legal expressa.
- D) Maior lance: busca ofertar o maior valor em leilões para alienação, aplicando-se à venda de bens móveis ou imóveis.

• QUESTÃO 38 •

Baseando-se na NBC TA 315, acerca do risco de auditoria e de sua avaliação, é correto afirmar:

- A) O risco de auditoria resulta dos riscos de distorção relevante e de detecção; o auditor deve identificá-lo e avaliá-lo nos níveis das demonstrações e das afirmações, separando risco inerente e risco de controle, e documentar a lógica dos julgamentos significativos.
- B) A NBC TA 315 trata apenas de riscos decorrentes de fraude; riscos por erro não integram o processo de avaliação de riscos, não demandam entendimento do ambiente e tampouco exigem que o auditor planeje respostas específicas no trabalho.
- C) A avaliação do risco independe de considerar evidências que contradigam as afirmações da administração; basta reunir evidências que as corroborem, e não há necessidade de revisar a avaliação quando surgem informações novas que conflitem com os entendimentos originalmente formados.
- D) O conceito de risco significativo não se relaciona ao *spectrum* do risco inerente e deve ser definido por limiares numéricos fixos, uniformes para todas as entidades e períodos, não dependendo do julgamento profissional do auditor ou das circunstâncias específicas.

• QUESTÃO 39 •

Tomando por base a NBC TA 450, que trata da avaliação das distorções identificadas durante a auditoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao longo do trabalho, o auditor deve acumular as distorções identificadas que não sejam claramente triviais — expressão que não equivale a “não relevantes” —, distinguindo distorções factuais, de julgamento e projetadas, e reavaliando a estratégia quando a natureza e o montante acumulado assim indicarem.
- II. Antes de concluir sobre o efeito das distorções não corrigidas, o auditor deve revisar a materialidade previamente determinada à luz dos resultados obtidos e avaliá-las individual e conjuntamente por magnitude, natureza, circunstâncias e efeitos de períodos anteriores, requerendo sua correção e registrando as razões da administração.
- III. Se a administração discordar da proposta de ajuste, o auditor pode dispensar a comunicação das distorções não corrigidas aos responsáveis pela governança, deixar de solicitar representação formal sobre sua não relevância e limitar-se à documentação interna e ao diálogo apenas com a gestão.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

• QUESTÃO 40 •

Baseando-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise as afirmativas a seguir e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () O pagamento de restos a pagar processados configura dispêndio extraorçamentário no exercício do pagamento, pois a despesa orçamentária correspondente foi registrada no exercício em que ocorreu o empenho / liquidação, não devendo ser novamente apropriada como despesa orçamentária do ano corrente.
- () Ingressos extraorçamentários como cauções, depósitos e consignações não constituem receita orçamentária; devem ser reconhecidos como obrigações / passivos a restituir ou a destinar conforme o caso, sendo vedado tratá-los como receita para não distorcer o resultado e a execução orçamentária.
- () A rubrica de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) destina-se ao pagamento de obrigações de exercícios pretéritos não reconhecidas oportunamente; seu pagamento exige dotação específica e observância dos critérios do MCASP, não se aplicando a obrigações já empenhadas / liquidadas no exercício de origem.
- () Restituições de receita orçamentária arrecadada a maior ou indevidamente devem ser registradas como despesa orçamentária no grupo "DEA", e nunca como dedução da receita, pois a execução corrente não pode ser ajustada por estornos da arrecadação.

Assinale a sequência correta.

- A) V V V F
- B) F V F F
- C) V F F V
- D) F F V V

FOLHA DE RESPOSTAS

(RASCUNHO – VERSÃO DO CANDIDATO)

- 01 (A) (B) (C) (D)
02 (A) (B) (C) (D)
03 (A) (B) (C) (D)
04 (A) (B) (C) (D)
05 (A) (B) (C) (D)
06 (A) (B) (C) (D)
07 (A) (B) (C) (D)
08 (A) (B) (C) (D)
09 (A) (B) (C) (D)
10 (A) (B) (C) (D)
11 (A) (B) (C) (D)
12 (A) (B) (C) (D)
13 (A) (B) (C) (D)
14 (A) (B) (C) (D)
15 (A) (B) (C) (D)
16 (A) (B) (C) (D)
17 (A) (B) (C) (D)
18 (A) (B) (C) (D)
19 (A) (B) (C) (D)
20 (A) (B) (C) (D)

- 21 (A) (B) (C) (D)
22 (A) (B) (C) (D)
23 (A) (B) (C) (D)
24 (A) (B) (C) (D)
25 (A) (B) (C) (D)
26 (A) (B) (C) (D)
27 (A) (B) (C) (D)
28 (A) (B) (C) (D)
29 (A) (B) (C) (D)
30 (A) (B) (C) (D)
31 (A) (B) (C) (D)
32 (A) (B) (C) (D)
33 (A) (B) (C) (D)
34 (A) (B) (C) (D)
35 (A) (B) (C) (D)
36 (A) (B) (C) (D)
37 (A) (B) (C) (D)
38 (A) (B) (C) (D)
39 (A) (B) (C) (D)
40 (A) (B) (C) (D)

Ao transferir essas marcações para a folha de respostas, observe as instruções específicas dadas na capa da prova.

Use caneta esferográfica azul ou preta.



Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas das questões desta prova estão proibidas.